



REGULAMENTO DA (IN)DISCIPLINA

ANEXO VII DO REGULAMENTO INTERNO



Regulamento da (In)Disciplina

ANEXO VII-REGULAMENTO DA (In)Disciplina

2026-2030

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR^a LAURA AYRES-145336

Ficha Técnica

Título: Regulamento da (In)Disciplina

Entidade: Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Autores: Conselho Pedagógico

Data: fevereiro de 2026

Contactos

Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Rua do Forte Novo 8125-214 Quarteira

351 289 373 700| +351 934 778 168

gestao@esla.edu.pt

www.esla.edu.pt



Regulamento da (In)Disciplina

Responsabilidade pelo documento

Versão	Data	Descrição da versão	Aprovado por
1.0	23/01/2026	Redação do documento	
1.0	10/02/2026	Apreciação	Conselho Pedagógico
1.0	24/02/2026	Aprovação	Conselho Geral

Controlo das revisões do documento

Versão	Data	Secção Revista	Descrição da revisão



Regulamento da (In)Disciplina

Conteúdo

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Artigo 1º Objeto e Âmbito de aplicação	5
Artigo 2º Direitos e Deveres dos alunos.....	5
Artigo 3º Responsabilidades dos Alunos.....	6
Artigo 4º Prevenção e Promoção do Comportamento Positivo.....	6
Artigo 5º Infração Disciplinar e Tipificação	6
Artigo 6º Finalidades das medidas disciplinares.....	7
CAPÍTULO II DETERMINAÇÃO DA SANÇÃO E CIRCUNSTÂNCIAS DA INFRAÇÃO	8
Artigo 7º Determinação da sanção a aplicar.....	8
Artigo 8º Circunstâncias Dirimentes	8
Artigo 9º Circunstâncias Atenuantes.....	8
Artigo 10º Circunstâncias Agravantes	8
CAPÍTULO III MEDIDAS DISCIPLINARES.....	9
SECÇÃO I MEDIDAS CORRETIVAS	9
Artigo 11º Medidas disciplinares corretivas.....	9
Artigo 12º Advertência.....	9
Artigo 13º Ordem de saída de sala de aula.....	10
Artigo 14º Tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade.....	10
Artigo 15º Condicionamento no acesso a certos espaços escolares	11
Artigo 16º Mudança de Turma.....	12
SECÇÃO II MEDIDAS DISCIPLINARES SANCIONATÓRIAS	12
Artigo 17º Medidas disciplinares sancionatórias	12
Artigo 18º Cumulação de Medidas disciplinares	13
CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	14
Artigo 19º Instauração e Instrução do Procedimento Disciplinar	14
Artigo 20º Impedimento, suspeição e escusa do instrutor	15
Artigo 21º Celeridade do procedimento disciplinar.....	15
Artigo 22º Suspensão preventiva do aluno	16
Artigo 23º Garantias de Defesa do Aluno	17
Artigo 24º Decisão Final.....	18
Artigo 25º Execução das medidas corretivas e disciplinares sancionatórias	19
Artigo 26º Recursos.....	19



Regulamento da (In)Disciplina

Artigo 27º	Salvaguarda da convivência escolar.....	20
Artigo 28º	Responsabilidade civil e criminal	20
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....		21
Artigo 29º	Anexos.....	21
Artigo 30º	Remissão para a legislação aplicável	21
Artigo 31º	Casos omissos e situações excecionais.....	21
Artigo 32º	Entrada em Vigor	21
Anexo I- Tabela de Tipificação de Infrações Disciplinar (RI)		22
Anexo II- Infrações disciplinares e factos qualificados como crime		25



Regulamento da (In)Disciplina

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º **Objeto e Âmbito de aplicação**

1. O presente Regulamento define os princípios, regras, procedimentos e responsabilidades aplicáveis à prevenção, deteção, registo e gestão da indisciplina no Agrupamento de Escolas Dr.ª Laura Ayres, em conformidade com o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, na sua redação em vigor e demais legislação aplicável.
2. Para efeitos do disposto no presente Regulamento, consideram-se alunos do Agrupamento todos aqueles que possuam matrícula ou inscrição válida em qualquer um dos seus ciclos de ensino ou que se encontrem a frequentar atividades de formação promovidas ou organizadas pelo Agrupamento, independentemente de estas serem, ou não, conferentes de grau ou diploma.
3. O presente Regulamento aplica-se a todos os alunos referidos no número anterior, em todos os espaços e tempos de vida escolar, incluindo atividades letivas, não letivas, visitas de estudo, atividades extracurriculares, transportes escolares e plataformas digitais institucionais.
4. O Regulamento complementa o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, integrando-o na prática organizacional do Agrupamento.

Artigo 2º **Direitos e Deveres dos alunos**

1. Os direitos e deveres dos alunos do são os consagrados no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, na sua redação em vigor, bem como os constantes no artigo 207º do Regulamento Interno do Agrupamento.
2. Para efeitos da aplicação do presente Regulamento, constituem deveres especialmente relevantes, sem prejuízo dos demais legalmente previstos, os que se relacionam com:
 - a. O respeito pela integridade física e moral de todos os membros da comunidade educativa;
 - b. O cumprimento das regras de funcionamento da escola e das orientações legítimas dos docentes, assistentes operacionais e demais trabalhadores;
 - c. A preservação dos espaços, equipamentos e bens da escola;
 - d. A adoção de comportamentos que promovam um ambiente escolar seguro, inclusivo e propício à aprendizagem.
3. O exercício dos direitos dos alunos deve ser efetuado com respeito pelos direitos dos outros e em conformidade com as regras de convivência democrática estabelecidas no Estatuto do Aluno, no Regulamento Interno e no presente Regulamento.
4. A violação dos deveres previstos no Estatuto do Aluno e no Regulamento Interno constitui fundamento para a aplicação das medidas corretivas ou disciplinares previstas no presente Regulamento, nos termos legalmente estabelecidos.



Regulamento da (In)Disciplina

Artigo 3º

Responsabilidades dos Alunos

1. Os alunos são responsáveis, em termos adequados à sua idade, maturidade e capacidade de discernimento, pelo exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres que lhes são conferidos pelo Estatuto do Aluno e Ética Escolar, pelo Regulamento Interno do Agrupamento e pela demais legislação aplicável.
 2. A responsabilidade disciplinar dos alunos consubstancia-se, designadamente, no dever de respeitar e cumprir o disposto no presente Regulamento da Indisciplina, no Regulamento Interno do Agrupamento, bem como as regras de funcionamento da escola, o património escolar e os direitos de todos os membros da comunidade educativa, incluindo alunos, docentes e pessoal não docente.
 3. Nenhum aluno pode, por ação ou omissão, prejudicar o direito à educação dos demais alunos, devendo adotar comportamentos que assegurem o normal funcionamento das atividades letivas e não letivas.
 4. A responsabilidade dos alunos é pessoal e intransmissível, sem prejuízo da responsabilidade dos encarregados de educação nos termos legalmente previstos.
2. O Agrupamento promove práticas preventivas e de promoção do comportamento positivo, nomeadamente:
 - a. Assembleias de Turma – os professores devem explicitar e negociar as regras e expectativas de comportamento no início de cada ano letivo, ou sempre que necessário, neste fórum;
 - b. Mediação de Conflitos – recurso à mediação e intervenção da Mediadora Escolar em situações de conflito relacional, desde que a natureza da infração o permita e haja vontade das partes;
 - c. Apoio Psicossocial – intervenção prioritária do GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família) e do SPO (Serviço de Psicologia e Orientação);
 - d. Tutorias – programas de acompanhamento pedagógico e tutorias educativas para alunos com perfis de risco;
 - e. Sensibilização – ações focadas na convivência democrática, literacia digital e respeito mútuo;
 3. A aplicação de práticas restaurativas e de mediação é excluída em casos de infrações que envolvam violência física, bullying sistemático ou comportamentos que ponham em causa a integridade física e moral de qualquer membro da comunidade educativa.

Artigo 4º

Prevenção e Promoção do Comportamento Positivo

1. A gestão da indisciplina no Agrupamento privilegia a prevenção, a autorregulação e a promoção de comportamentos positivos, sem prejuízo da aplicação imediata de medidas disciplinares sempre que a gravidade da infração ou a urgência na salvaguarda da segurança da comunidade educativa o exijam.

Artigo 5º

Infração Disciplinar e Tipificação

1. Considera-se infração disciplinar qualquer ato doloso ou negligente praticado por um aluno, quer por ação, quer por omissão, que viole deveres previstos na lei, no Estatuto do Aluno e no Regulamento Interno do Agrupamento.



Regulamento da (In)Disciplina

2. As infrações classificam-se em três níveis de gravidade, sem prejuízo da existência de graus intermédios:

- a. Pouco grave;
- b. Grave;
- c. Muito grave.

3. Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, os graus intermédios referidos no número anterior concretizam-se através da escala 1 a 6 constante da tabela que constitui o Anexo I, com a seguinte correspondência:

- a. Infração Pouco grave: níveis 1 e 2, designados na tabela como “pouco grave”;
- b. Infração grave: níveis 3 e 4, designados na tabela como “moderadamente grave” (nível 3) e “grave” (nível 4), respetivamente;
- c. Infração muito grave: níveis 5 e 6, designados na tabela como “muito grave” (nível 5) e “gravíssimo” (nível 6), respetivamente.

4. A qualificação da infração disciplinar pode conduzir à instauração de procedimento disciplinar e à aplicação de medidas corretivas ou sancionatórias, respeitando as competências, os procedimentos de instauração, aplicação e supervisão previstos neste Regulamento.

como a segurança de toda a comunidade educativa.

2. As medidas corretivas e disciplinares sancionatórias visam ainda garantir o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e da sua aprendizagem.

3. As medidas disciplinares sancionatórias, tendo em conta a especial relevância do dever violado e a gravidade da infração praticada, prosseguem igualmente finalidades punitivas.

4. As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da escola, nos termos do respetivo regulamento interno.

5. A aplicação de medidas corretivas e sancionatórias obedece aos princípios da necessidade, proporcionalidade e adequação pedagógica.

Artigo 6º

Finalidades das medidas disciplinares

1. Todas as medidas disciplinares, corretivas ou sancionatórias, prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração, visando o cumprimento dos deveres do aluno, o respeito pela autoridade dos docentes e demais funcionários, bem



Regulamento da (In)Disciplina

CAPÍTULO II DETERMINAÇÃO DA SANÇÃO E CIRCUNSTÂNCIAS DA INFRAÇÃO

Artigo 7º

Determinação da sanção a aplicar

1. Na determinação da medida disciplinar corretiva ou sancionatória a aplicar, devem ser considerados:
 - a. A gravidade do incumprimento do dever;
 - b. As circunstâncias atenuantes ou agravantes apuradas;
 - c. O grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.
2. As circunstâncias que excluem ou diminuem a responsabilidade do aluno devem ser avaliadas com base na sua capacidade volitiva e cognitiva no momento da infração.

Artigo 8º

Circunstâncias Dirimentes

1. São circunstâncias dirimentes da responsabilidade disciplinar:
 - a. Coação ou atuação sob ameaça grave ou sob ascendência de terceiro de quem dependa;
 - b. Legítima defesa própria ou de terceiros;
 - c. Não exigibilidade de conduta diversa;
 - d. Exercício de um direito ou cumprimento de um dever.

Artigo 9º

Circunstâncias Atenuantes

1. São circunstâncias atenuantes:
 - a. Confissão espontânea;
 - b. Bom comportamento anterior;
 - c. Arrependimento sincero;
 - d. Colaboração na descoberta da verdade antes ou durante o procedimento;
 - e. Existência de provocação prévia;
 - f. Acatamento imediato e bem-intencionado de ordens da entidade competente.
2. Quando circunstâncias atenuantes diminuam substancialmente a culpa, pode aplicar-se sanção disciplinar inferior ou suspender-se a sua execução nos termos do n.º 3 do artigo 24.º.

Artigo 10º

Circunstâncias Agravantes

1. São circunstâncias agravantes:
 - a. A intenção de, pela conduta seguida, produzir resultados prejudiciais ao Agrupamento ou à comunidade escolar, independentemente da sua verificação;
 - b. Premeditação;
 - c. Conluio ou a participação com outros na infração;
 - d. Resistência ou desobediência a ordens legítimas;
 - e. Prática de infração durante cumprimento de sanção ou período de suspensão;
 - f. Reincidência;
 - g. Acumulação de infrações;



Regulamento da (In)Disciplina

- h. Gravidade e impacto dos danos provocados.
- 2. A premeditação consiste na intenção de cometer a infração antes da sua prática.
- 3. Considera-se reincidência a prática de uma nova infração antes de decorrido o prazo de 12 meses sobre a data da prática da infração anterior, independentemente de ter sido aplicada sanção corretiva ou sancionatória.
- 4. A acumulação de infrações ocorre quando duas ou mais infrações forem cometidas simultaneamente ou antes do cumprimento de sanção anterior.
- d. Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou materiais, sem prejuízo das atividades letivas;
- e. Mudança de turma;
- f. A limitação na participação em atividades de enriquecimento curricular que se desenvolvam na escola ou em visitas de estudo, sempre que esteja em causa o direito à educação dos demais, assegurando-se a ocupação do aluno noutras atividades que salvaguardem os mesmos propósitos pedagógicos.

CAPÍTULO III MEDIDAS DISCIPLINARES

SECÇÃO I MEDIDAS CORRETIVAS

Artigo 11º **Medidas disciplinares corretivas**

- 1. As medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º, assumindo natureza eminentemente preventiva, sem prejuízo de posteriores.
- 2. São medidas corretivas:
 - a. Advertência;
 - b. Ordem de saída da sala de aula ou demais locais de trabalho escolar;
 - c. Realização de tarefas ou atividades de integração na escola ou comunidade, podendo ser aumentado o período diário ou semanal de permanência obrigatória do aluno no local;

- 3. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e) e f) do presente artigo é da competência do Diretor do Agrupamento, que procede sempre à audição do Diretor de turma, do professor titular, do professor Tutor ou da equipa multidisciplinar, caso existam.
- 4. A aplicação das medidas corretivas previstas no n.º 2 é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.

Artigo 12º **Advertência**

- 1. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
- 2. Na sala de aula, a advertência é da exclusiva competência do professor, enquanto, fora dela, qualquer professor ou membro do



Regulamento da (In)Disciplina

peçoal não docente tem competência para advertir o aluno.

Artigo 13º

Ordem de saída de sala de aula

1. A aplicação da medida corretiva da ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola.
2. Sempre que ao aluno é dada ordem de saída de sala de aula, deve o professor:
 - a. Na EB 2,3 – preencher o documento de saída de sala de aula e providenciar o encaminhamento do aluno para o Espaço R. Posteriormente deve registar a ocorrência na plataforma INOVAR e preencher a participação de ocorrência (Mod. 1 da CSD) no prazo de 24 horas.
 - b. Na Escola Secundária - Deve registar a ocorrência na plataforma INOVAR e preencher a participação disciplinar (Mod. 1 da CSD) no prazo de 24 horas.
3. No caso de o comportamento ser considerado pouco grave a participação de ocorrência é registada no INOVAR+.
4. No caso de a situação ser avaliada como muito grave, a participação disciplinar deve ser encaminhada para a Comissão de Supervisão Disciplinar com conhecimento do Diretor de Turma e do Diretor, no prazo de 24 horas.
5. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de saída de sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em Conselho de Turma, tendo em vista a

identificação das causas e a pertinência da proposta da aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, nos termos do Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Artigo 14º

Tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade

1. As tarefas e atividades de integração devem ser adequadas à natureza da infração cometida. Consistem no desenvolvimento de tarefa de caráter pedagógico que contribuam para o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.
2. As tarefas e atividades de integração na escola, a realizar pelo aluno enquanto medidas corretivas podem ser, nomeadamente, as seguintes:
 - a. Realização de trabalhos/tarefas relacionadas com a situação em causa;
 - b. Tarefas de manutenção das instalações da escola;
 - c. Arranjo e restauração de material diverso;
 - d. Restauro e pintura de paredes e mobiliário diverso;
 - e. Limpezas no recinto da escola, tais como:
 - i. limpeza de vegetação espontânea;
 - ii. limpeza do campo de jogos;
 - iii. remoção de pastilhas elásticas (com luvas e espátula);
 - iv. limpeza de salas de aula (quadro, mesas, chão, etc.);
 - v. limpeza dos balneários;



Regulamento da (In)Disciplina

- vi. limpeza das instalações sanitárias.
 - f. Jardinagem e arranjos de canteiros e jardins;
 - g. Tarefas no bufet ou refeitório, tais como;
 - i. limpeza do bufete dos alunos/professores (chão e mesas);
 - ii. limpeza do refeitório (chão e mesas).
 - h. Trabalhos didáticos/outros na biblioteca da escola:
 - i. trabalhos de casa;
 - ii. trabalhos de investigação/pesquisa;
 - iii. trabalhos sobre temas relacionados com as disciplinas.
 - i. Tarefas no âmbito do funcionamento de clubes, projetos e núcleos;
 - j. Tarefas de apoio ao Diretor de Turma;
 - k. Trabalhos didáticos de reflexão e autocrítica com apresentação na turma e/ou na escola;
 - l. Atividades no âmbito de parcerias com entidades de utilidade pública locais.
3. Para a concretização da atividade de integração, prevista na alínea l) do número anterior:
- a. a escola define a medida corretiva a propor à entidade na qual a mesma se concretizará;
 - b. fica definida entre as duas entidades a calendarização e horário de cumprimento da tarefa, bem como a sua natureza.
4. A realização das tarefas e atividades de integração são supervisionadas e acompanhadas por um adulto (docente ou não docente) designado para o efeito.
5. Após a aplicação da medida cabe ao Diretor de turma proceder ao acompanhamento da

sua execução bem como informar os intervenientes na mesma.

6. O cumprimento das tarefas e atividades de integração realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escola ou fora dele, neste caso com acompanhamento dos pais ou encarregados de educação ou de entidade local ou localmente instalada idónea e que assuma corresponsabilizar-se, nos termos a definir em protocolo escrito celebrado nos termos previstos no regulamento interno da escola.
7. O previsto no número anterior não isenta o aluno da obrigação de cumprir o horário letivo da turma em que se encontra inserido ou de permanecer na escola durante o mesmo.
8. Em caso de incumprimento das tarefas ou atividades indicadas no n.º 2, em parte ou na sua totalidade, por parte do aluno, será marcada nova data para o seu cumprimento; a recusa injustificada pode determinar a agravação da medida.

Artigo 15º

Condicionamento no acesso a certos espaços escolares

1. Os espaços escolares e os materiais e equipamentos cujo acesso, frequência e utilização podem ser condicionados, no âmbito da aplicação de medida corretiva são, nomeadamente, os seguintes:
- A. Espaços escolares:
- i. biblioteca;
 - ii. laboratórios (biologia, geologia, física e química);
 - iii. Instalações desportivas;
 - iv. quaisquer outros que não se encontrem afetos ao normal desenvolvimento das atividades letivas;



Regulamento da (In)Disciplina

v. zonas específicas e delimitadas nos pátios.

B. Materiais e equipamentos:

- i. equipamento informático em salas de aula;
 - ii. equipamento audiovisual informático da biblioteca
 - iii. materiais e equipamentos desportivos e/ou de educação física.
2. Para além dos mencionados no número anterior, o Diretor pode definir outros espaços, materiais ou equipamentos, sempre que considerar pertinente e adequado ao caso concreto.
 3. O período e a extensão da interdição devem ser proporcionais à gravidade do comportamento e não podem exceder um ano letivo.
 4. Se o comportamento do aluno colocar em risco a sua segurança, a dos colegas ou das atividades em curso, a sua participação nesses espaços, materiais ou equipamentos será condicionada, sendo garantida a sua inclusão em atividades alternativas com fins pedagógicos equivalentes.
 5. O condicionamento de acesso a espaços, materiais e equipamentos não pode impedir a frequência das aulas regulares nem o acesso a materiais ou equipamentos essenciais à aprendizagem, garantindo-se que o aluno participe nas atividades letivas em pleno.

Artigo 16º

Mudança de Turma

A aplicação da medida corretiva de mudança de turma é da competência do Diretor, que para o efeito, procede sempre à audição do Diretor de turma ou do professor titular da turma a que o aluno pertence.

SECÇÃO II MEDIDAS DISCIPLINARES SANCIONATÓRIAS

Artigo 17º

Medidas disciplinares sancionatórias

1. As medidas disciplinares sancionatórias consistem numa sanção disciplinar aplicada em virtude do comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos suscetíveis de a configurar ser participada de imediato pelo professor ou funcionário que a presencie ou dela teve conhecimento à Direção e Comissão de Supervisão Disciplinar com conhecimento ao Diretor de Turma.
2. São medidas disciplinares sancionatórias:
 - a. A repreensão registada;
 - b. A suspensão até 3 dias úteis;
 - c. A suspensão entre 4 e 12 dias úteis;
 - d. A transferência de escola;
 - e. A expulsão da escola.
3. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor respetivo, competindo ao Diretor nas restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno a identificação do autor do ato decisório, data em que o mesmo foi proferido e fundamentação de facto e de direito de tal decisão.
4. A suspensão até 3 dias úteis, enquanto medida dissuasora, é aplicada, com a devida fundamentação dos factos que a suportam, pelo Diretor, após o exercício dos direitos de audiência e defesa do visado.



Regulamento da (In)Disciplina

5. Compete ao Diretor, ouvidos os pais ou o encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior é executada, garantindo ao aluno um plano de atividades pedagógicas a realizar, com corresponsabilização daqueles e podendo igualmente, se assim o entender, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.
6. Compete ao Diretor a decisão de aplicação de medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis, após a realização de procedimento disciplinar previsto no artigo 18.º deste Regulamento, podendo previamente ouvir o Conselho de Turma.
7. O não cumprimento do plano de atividades pedagógicas a que se refere o número 5 pode dar lugar à instauração de novo procedimento disciplinar, considerando-se a recusa circunstância agravante, nos termos do nº 3 do artigo 6.º deste Regulamento.
8. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola compete, com possibilidade de delegação, ao Diretor-Geral da educação, precedendo a conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 18.º deste Regulamento, com fundamento na prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino dos restantes alunos da escola ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.
9. A medida disciplinar sancionatória de transferência de escola apenas é aplicada a aluno de idade igual ou superior a 10 anos e, frequentando o aluno a escolaridade obrigatória, desde que esteja assegurada a frequência de outro estabelecimento de ensino situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, desde que servida de transporte público escolar.
10. A aplicação da medida disciplinar de expulsão da escola compete, com possibilidade de delegação, ao Diretor-Geral da Educação precedendo conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 19.º deste Regulamento e consiste na retenção do aluno no ano de escolaridade que frequenta quando a medida é aplicada e na proibição de acesso ao espaço escolar até ao final daquele ano escolar e nos dois anos escolares imediatamente seguintes.
11. A medida disciplinar de expulsão da escola é aplicada ao aluno maior quando, de modo notório, se constate não haver outra medida ou modo de responsabilização no sentido do cumprimento dos seus deveres como aluno.
12. Complementarmente às medidas previstas no nº 2, compete ao Diretor decidir sobre a reparação dos danos ou substituição dos bens lesados ou, quando aquelas não forem possíveis, sobre a indemnização dos prejuízos causados pelo aluno à escola ou a terceiros, podendo o valor da reparação calculado ser reduzido, na proporção a definir pelo Diretor, tendo em conta o grau de responsabilidade do aluno e/ou a sua situação socioeconómica.

Artigo 18º

Cumulação de Medidas disciplinares

1. A aplicação das medidas corretivas é cumulável entre si.
2. A aplicação de uma ou mais medidas corretivas é cumulável apenas com a



Regulamento da (In)Disciplina

aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Artigo 19º

Instauração e Instrução do Procedimento Disciplinar

1. A competência para a instauração de procedimento disciplinar por comportamentos suscetíveis de configurar a aplicação de alguma das medidas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 17.º é do Diretor do Agrupamento.
2. Para efeitos do previsto no número anterior o Diretor, no prazo de dois dias úteis após o conhecimento da situação, emite o despacho instaurador e de nomeação do instrutor, devendo este ser um professor da escola, e notifica os pais ou encarregado de educação do aluno menor pelo meio mais expedito.
3. Tratando-se de aluno maior, a notificação é feita diretamente ao próprio.
4. O Diretor do Agrupamento deve notificar o instrutor da sua nomeação no mesmo dia em que profere o despacho de instauração do procedimento disciplinar.
5. A instrução do procedimento disciplinar é efetuada no prazo máximo de seis dias úteis, contados da data de notificação ao instrutor do despacho que instaurou o procedimento disciplinar, sendo obrigatoriamente realizada, para além das demais diligências consideradas necessárias, a audiência oral dos interessados, em particular do aluno, e sendo este menor de idade, do respetivo encarregado de educação.
6. Os interessados são convocados com a antecedência de um dia útil para a audiência oral, não constituindo a falta de comparência motivo do seu adiamento, podendo esta, no caso de apresentação de justificação da falta até ao momento fixado para a audiência, ser adiada.
7. No caso de o respetivo encarregado de educação não comparecer, o aluno menor de idade pode ser ouvido na presença de um docente por si livremente escolhido e do Diretor de turma ou do professor-tutor do aluno, quando exista, ou, no impedimento destes, de outro professor da turma designado pelo Diretor.
8. Da audiência é lavrada ata de que consta o extrato das alegações feitas pelos interessados.
9. Finda a instrução, o instrutor elabora e remete ao Diretor do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada, no prazo de três dias úteis, relatório final do qual constam, obrigatoriamente:
 - a. Os factos cuja prática é imputada ao aluno, devidamente circunstanciados quanto ao tempo, modo e lugar;
 - b. Os deveres violados pelo aluno, com referência expressa às respetivas normas legais ou regulamentares;
 - c. Os antecedentes do aluno que se constituem como circunstâncias atenuantes ou agravantes nos termos previstos no artigo 6.º;



Regulamento da (In)Disciplina

d. A proposta de medida disciplinar sancionatória aplicável ou de arquivamento do procedimento.

e. No caso da medida disciplinar sancionatória proposta ser a transferência de escola ou de expulsão da escola, a mesma é comunicada para decisão ao Diretor-geral da educação, no prazo de dois dias úteis.

Artigo 20º

Impedimento, suspeição e escusa do instrutor

1. Não pode ser nomeado instrutor do procedimento disciplinar quem possua interesse direto no caso ou possa ter comprometida a sua imparcialidade.
2. Sem prejuízo do número anterior, o aluno ou o Encarregado de Educação (se menor) pode deduzir a suspeição do instrutor no prazo de um dia útil a contar da nomeação, quando existir motivo sério e grave que gere fundadas dúvidas sobre a sua imparcialidade.
3. O pedido de suspeição deve ser apresentado por escrito, devidamente fundamentado e dirigido à entidade que instaurou o procedimento.
4. O instrutor também pode requerer escusa de atuar no prazo de um dia útil após a sua nomeação, quando existir impedimento sério que comprometa a imparcialidade.
5. A entidade que instaurou o procedimento decide sobre a suspeição ou escusa no prazo de dois dias úteis a contar da receção do pedido.
6. A contagem do prazo de instrução do procedimento disciplinar suspende-se até à decisão sobre a suspeição ou escusa do instrutor, retomando-se de imediato após a respetiva decisão.

Artigo 21º

Celeridade do procedimento disciplinar

1. A instrução do procedimento disciplinar prevista nos n.ºs 5 a 8 do artigo 19.º pode ser substituída pelo reconhecimento individual, consciente e livre dos factos, por parte do aluno maior de 12 anos e a seu pedido, em audiência a promover pelo instrutor, nos dois dias úteis subsequentes à sua nomeação, mas nunca antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o momento previsível da prática dos factos imputados ao aluno.
2. Na audiência referida no número anterior, estão presentes, além do instrutor, o aluno, o encarregado de educação do aluno menor de idade e, ainda:
 - a. O Diretor de turma ou o professor-tutor do aluno, quando exista, ou, em caso de impedimento e em sua substituição, um professor da turma designado pelo Diretor;
 - b. Um professor da escola livremente escolhido pelo aluno
3. A não comparência do encarregado de educação, quando devidamente convocado, não obsta à realização da audiência.
4. Os participantes referidos no n.º 2 têm como missão exclusiva assegurar e testemunhar, através da assinatura do auto a que se referem os números seguintes, a total consciência do aluno quanto aos factos que lhe são imputados e às suas consequências, bem como a sua total liberdade no momento da respetiva declaração de reconhecimento.
5. Na audiência é elaborado auto, no qual constam, entre outros, os elementos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 9 do artigo 19.º, o qual, previamente a qualquer assinatura, é lido em voz alta e explicado ao



Regulamento da (In)Disciplina

aluno pelo instrutor, com a informação clara e expressa de que não está obrigado a assiná-lo.

6. O facto ou factos imputados ao aluno só são considerados validamente reconhecidos com a assinatura do auto por parte de todos os presentes, sendo que, querendo assinar, o aluno o faz antes de qualquer outro elemento presente.
7. O reconhecimento dos factos por parte do aluno é considerado circunstância atenuante, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 9.º, encerrando a fase da instrução e seguindo-se-lhe os procedimentos previstos no artigo 19.º.
8. A recusa do reconhecimento por parte do aluno implica a necessidade da realização da instrução, podendo o instrutor aproveitar a presença dos intervenientes para a realização da audiência oral prevista no artigo 19.º.

Artigo 22º

Suspensão preventiva do aluno

1. No momento da instauração do procedimento disciplinar, mediante decisão da entidade que o instaurou, ou no decurso da sua instauração por proposta do instrutor, o Diretor pode decidir a suspensão preventiva do aluno, mediante despacho fundamentado sempre que:
 - a. A sua presença na escola se revelar gravemente perturbadora do normal funcionamento das atividades escolares;
 - b. Tal seja necessário e adequado à garantia da paz pública e da tranquilidade na escola;
 - c. A sua presença na escola prejudique a instrução do procedimento disciplinar.

2. A suspensão preventiva tem a duração que o Diretor do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada considerar adequada na situação em concreto, sem prejuízo de, por razões devidamente fundamentadas, poder ser prorrogada até à data da decisão do procedimento disciplinar, não podendo, em qualquer caso, exceder 10 dias úteis.
3. Os efeitos decorrentes da ausência do aluno no decurso do período de suspensão preventiva, no que respeita à avaliação da aprendizagem, são determinados em função da decisão que vier a ser proferida no final do procedimento disciplinar, nos termos estabelecidos no presente Estatuto e no regulamento interno da escola.
4. Os dias de suspensão preventiva cumpridos pelo aluno são descontados no cumprimento da medida disciplinar sancionatória prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 17.º a que o aluno venha a ser condenado na sequência do procedimento disciplinar previsto no artigo 19.º.
5. Os pais e os encarregados de educação são imediatamente informados da suspensão preventiva aplicada ao filho ou educando e, sempre que a avaliação que fizer das circunstâncias o aconselhe, o Diretor do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve participar a ocorrência à respetiva comissão de proteção de crianças e jovens ou, na falta, ao Ministério Público junto do tribunal de família e menores.
6. Ao aluno suspenso preventivamente é também fixado, durante o período de ausência da escola, o plano de atividades previsto no n.º 5 do artigo 17.º deste regulamento.
7. A suspensão preventiva do aluno é comunicada, por via eletrónica, pelo Diretor



Regulamento da (In)Disciplina

do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada ao serviço do Ministério da Educação e Ciência responsável pela coordenação da segurança escolar, sendo identificados sumariamente os intervenientes, os factos e as circunstâncias que motivaram a decisão de suspensão.

Artigo 23º

Garantias de Defesa do Aluno

1. No âmbito de qualquer procedimento disciplinar, o aluno goza das garantias de defesa legalmente previstas, designadamente as consagradas no Estatuto do Aluno e Ética Escolar e no Código do Procedimento Administrativo, aplicáveis com as necessárias adaptações.
2. O aluno presume-se inocente até à decisão final de aplicação de medida disciplinar, sem prejuízo da adoção de medidas preventivas legalmente admissíveis.
3. É assegurado ao aluno, bem como ao respetivo encarregado de educação, o direito de participação no procedimento, incluindo:
 - a. O direito de ser ouvido;
 - b. O direito de apresentar defesa, documentos e outros meios de prova;
 - c. O direito de consultar o processo, nos termos legalmente previstos.
4. O aluno pode fazer-se assistir ou representar por advogado constituído, nos termos da lei, garantindo-se o pleno exercício do direito de defesa em todas as fases do procedimento disciplinar.
5. O exercício dos direitos de defesa é compatibilizado com a proteção dos direitos fundamentais de terceiros, com a salvaguarda do normal funcionamento da escola e com o superior interesse do aluno.
6. Quando o aluno pretenda fazer-se assistir ou ser representado por advogado em qualquer diligência ou audiência oral, o Encarregado de Educação, o próprio aluno, quando maior de idade, ou o advogado devidamente mandatado comunica essa intenção, por escrito, ao Diretor, com a antecedência mínima de 24 horas.
7. O incumprimento do prazo previsto no número anterior não prejudica o direito de defesa. Se, em razão da falta de antecedência da comunicação prevista no número anterior não for logisticamente possível assegurar a realização do ato com a presença de advogado no dia agendado, a diligência pode ser adiada pelo instrutor, uma única vez, por prazo não superior a 48 horas.
8. O mandato a advogado pode ser conferido por procuração escrita, a juntar ao processo com a comunicação referida no n.º 6, ou por declaração verbal do Encarregado de Educação, ou do aluno quando maior de idade, no início da diligência, a constar obrigatoriamente na respetiva ata.
9. A intervenção do mandatário nas diligências de audição circunscreve-se à prestação de assistência jurídica, não podendo:
 - a. Substituir-se ao aluno ou ao respetivo Encarregado de Educação, quando aplicável, no dever de responder diretamente às questões que lhes sejam dirigidas; nem
 - b. Interferir ou desvirtuar a natureza pedagógica do procedimento disciplinar.
10. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o mandatário pode requerer esclarecimentos, suscitar questões de formalidade e formular



Regulamento da (In)Disciplina

breves observações para salvaguarda do direito de defesa, as quais ficam registadas em ata.

11. As decisões proferidas no âmbito do procedimento disciplinar são sempre fundamentadas e notificadas ao aluno e ao respetivo Encarregado de Educação.
12. O exercício dos direitos de defesa é compatibilizado com a proteção dos direitos fundamentais de terceiros, com a salvaguarda do normal funcionamento da escola e com o superior interesse do aluno.

Artigo 24º **Decisão Final**

1. Sem prejuízo do disposto no nº4, a decisão final do procedimento disciplinar, devidamente fundamentada, é proferida no prazo máximo de dois dias úteis, a contar do momento em que a entidade competente para o decidir receba o relatório do instrutor, sem prejuízo do disposto no n.º 4.
2. A decisão final do procedimento disciplinar fixa o momento a partir do qual se inicia a execução da medida disciplinar sancionatória, sem prejuízo da possibilidade de suspensão da execução da medida, nos termos do número seguinte.
3. A execução da medida disciplinar sancionatória, com exceção da referida nas alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 16.º, pode ficar suspensa por um período de tempo e nos termos e condições que a entidade decisora considerar justo, adequado e razoável, cessando a suspensão logo que ao aluno seja aplicada outra medida disciplinar sancionatória no respetivo decurso.
4. Quando esteja em causa a aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola ou de expulsão da escola, o prazo para ser proferida a decisão final é de cinco dias úteis, contados a partir da receção do processo disciplinar na Direção-Geral de Educação.
5. Da decisão proferida pelo Diretor-geral da educação que aplique a medida disciplinar sancionatória de transferência de escola deve igualmente constar a identificação do estabelecimento de ensino para onde o aluno vai ser transferido, para cuja escolha se procede previamente à audição do respetivo encarregado de educação, quando o aluno for menor de idade.
6. A decisão final do procedimento disciplinar é notificada pessoalmente ao aluno no dia útil seguinte àquele em que foi proferida, ou, quando menor de idade, aos pais ou respetivo encarregado de educação, nos dois dias úteis seguintes.
7. Sempre que a notificação prevista no número anterior não seja possível, é realizada através de carta registada com aviso de receção, considerando-se o aluno, ou quando este for menor de idade, os pais ou o respetivo encarregado de educação, notificados na data da assinatura do aviso de receção.
8. Tratando-se de alunos menores, a aplicação de medida disciplinar sancionatória igual ou superior à de suspensão da escola por período superior a cinco dias úteis e cuja execução não tenha sido suspensa, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 anteriores, é obrigatoriamente comunicada pelo Diretor da escola à respetiva comissão de proteção de crianças e jovens em risco.



Regulamento da (In)Disciplina

Artigo 25º

Execução das medidas corretivas e disciplinares sancionatórias

1. Compete ao Diretor de turma e ou ao professor-tutor do aluno, caso tenha sido designado, ou ao professor titular o acompanhamento do aluno na execução da medida corretiva ou disciplinar sancionatória a que foi sujeito, devendo aquele articular a sua atuação com os pais ou encarregados de educação e com os professores da turma, em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a corresponsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.
2. A competência referida no número anterior é especialmente relevante aquando da execução da medida corretiva de atividades de integração na escola ou no momento do regresso à escola do aluno a quem foi aplicada a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola.
3. O disposto no número anterior aplica-se também aquando da integração do aluno na nova escola para que foi transferido na sequência da aplicação dessa medida disciplinar sancionatória.
4. Na prossecução das finalidades referidas no n.º 1, a escola conta com a colaboração dos serviços especializados de apoio educativo e ou das equipas multidisciplinares, a definir em regulamento interno, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 26º

Recursos

1. Da decisão final de aplicação de medida disciplinar cabe recurso, a interpor no prazo de cinco dias úteis, apresentado nos serviços

administrativos do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada e dirigido:

- a. Ao Conselho Geral do Agrupamento de escolas ou escola não agrupada, relativamente a medidas aplicadas pelos professores ou pelo Diretor;
 - b. Para o membro do governo competente, relativamente às medidas disciplinares sancionatórias aplicadas pelo Diretor-geral da educação.
2. O recurso tem efeito meramente devolutivo, exceto quando interposto de decisão de aplicação das medidas disciplinares sancionatórias previstas nas alíneas c) a e) do n.º 2 do artigo 17.º.
 3. O Presidente do Conselho Geral designa, de entre os seus membros, um relator, a quem compete analisar o recurso e apresentar ao conselho geral uma proposta de decisão.
 4. Para os efeitos previstos no número anterior, pode o regulamento interno prever a constituição de uma comissão especializada do conselho geral constituída, entre outros, por professores e pais ou encarregados de educação, cabendo a um dos seus membros o desempenho da função de relator.
 5. A decisão do conselho geral é tomada no prazo máximo de 15 dias úteis e notificada aos interessados pelo Diretor, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 22.º.
 6. O despacho que apreciar o recurso referido na alínea b) do n.º 1 é remetido à escola, no prazo de cinco dias úteis, cabendo ao respetivo Diretor a adequada notificação, nos termos referidos no número anterior.



Regulamento da (In)Disciplina

Artigo 27º

Salvaguarda da convivência escolar

1. Qualquer professor ou aluno da turma contra quem outro aluno tenha praticado ato de agressão moral ou física, do qual tenha resultado a aplicação efetiva de medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola por período superior a oito dias úteis, pode requerer ao Diretor a transferência do aluno em causa para turma à qual não lecione ou não pertença, quando o regresso daquele à turma de origem possa provocar grave constrangimento aos ofendidos e perturbação da convivência escolar.
2. O Diretor decidirá sobre o pedido no prazo máximo de cinco dias úteis, fundamentando a sua decisão.
3. O indeferimento do Diretor só pode ser fundamentado na inexistência na escola ou no Agrupamento de outra turma na qual o aluno possa ser integrado, para efeitos da frequência da disciplina ou disciplinas em causa ou na impossibilidade de corresponder ao pedido sem grave prejuízo para o percurso formativo do aluno agressor.

Artigo 28º

Responsabilidade civil e criminal

1. A aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória não isenta o aluno e o respetivo representante legal da responsabilidade civil e criminal a que, nos termos gerais de direito, haja lugar.
2. Sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais, quando o comportamento do aluno maior de 12 anos e menor de 16 anos puder constituir facto qualificado como crime, deve a direção da escola comunicar o facto ao Ministério

Público junto do tribunal competente em matéria de menores.

3. Caso o menor tenha menos de 12 anos de idade, a comunicação referida no número anterior deve ser dirigida à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou, na falta deste, ao Ministério Público junto do tribunal referido no número anterior.
4. O início do procedimento criminal pelos factos que constituam crime e que sejam suscetíveis de desencadear medida disciplinar sancionatória depende apenas de queixa ou de participação pela direção da escola, devendo o seu exercício fundamentar-se em razões que ponderem, em concreto, o interesse da comunidade educativa no desenvolvimento do procedimento criminal perante os interesses relativos à formação do aluno em questão.
5. O disposto no número anterior não prejudica o exercício do direito de queixa por parte dos membros da comunidade educativa que sejam lesados nos seus direitos e interesses legalmente protegidos.
6. Para efeitos dos números 2 e 3, os comportamentos suscetíveis de constituir facto qualificado como crime são os previstos na lei penal aplicável.
7. Sem prejuízo da qualificação jurídico-penal a efetuar pelas autoridades competentes, consagra-se no Anexo II ao presente Regulamento uma síntese orientadora, dirigida à comunidade educativa, de infrações disciplinares suscetíveis de consubstanciar, em simultâneo, condutas tipificadas na lei penal como crime.
8. O Anexo referido no número anterior, bem como os procedimentos de comunicação previstos no presente artigo, articulam-se



Regulamento da (In)Disciplina

com as diretrizes constantes do Guia “*Educar para o Direito: Uma Forma de (Também) Proteger*”, da Procuradoria-Geral da República, o qual constitui referencial de atuação do Agrupamento perante factos passíveis de qualificação criminal, sem prejuízo da legislação aplicável.

quando a matéria o justifique, ser ouvidos os órgãos pedagogicamente competentes.

Artigo 32º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Conselho Geral.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 29º

Anexos

São parte integrante e vinculativa do presente Regulamento os seguintes anexos:

- a. Anexo I - Tabela de Tipificação de Infrações Disciplinares.
- b. Anexo II - Infrações disciplinares e factos qualificados como crime
- c. Anexo III - Síntese tramitação do procedimento disciplinar

Artigo 30º

Remissão para a legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente regulamento aplicam-se as disposições constantes da legislação em vigor, bem como as orientações emanadas pelas entidades competentes.

Artigo 31º

Casos omissos e situações excecionais

Os casos omissos ou de carácter excecional decorrentes da aplicação do presente regulamento são analisados e decididos pelo Diretor do Agrupamento, no respeito pelas competências legalmente definidas, podendo,



Regulamento da (In)Disciplina

Anexo I- Tabela de Tipificação de Infrações Disciplinares (RI)

Nota de Enquadramento: A presente tabela tem natureza exemplificativa e orientadora, não se esgotando nos exemplos apresentados. A classificação do comportamento como infração pouco grave ou muito grave depende da sua gravidade concreta, do contexto em que ocorre, da intenção do aluno, da reincidência e do impacto no funcionamento da atividade letiva ou na convivência escolar, podendo o mesmo comportamento assumir níveis de gravidade distintos, em função destas circunstâncias. A acumulação de várias infrações de um nível inferior num curto período de tempo pode determinar a sua convalidação para o nível de gravidade imediatamente superior.

Nível	Grau	Exemplos de comportamentos	Medidas a aplicar pelo professor / Responsável
1	Pouco grave	Comportamentos disruptivos leves que se pressupõe cessarem após a advertência verbal do docente:	
		<ul style="list-style-type: none">○ Levantar-se ou circular na sala sem autorização○ Usar boné ou capuz dentro da sala○ Comer ou mascar pastilha na sala de aula○ Interromper pontualmente a aula por conduta desajustada.	<ul style="list-style-type: none">○ Advertência verbal imediata○ Registo informal pelo professor (opcional)
2	Pouco grave	Comportamentos de distração ou desrespeito pontual que devem cessar de imediato após a advertência formal do docente:	
		<ul style="list-style-type: none">○ Conversar e/ou brincar de forma a perturbar o ritmo de trabalho (individual ou do grupo);○ Distrair intencionalmente os colegas ou virar-se para trás após indicação em contrário;○ Não acatar, pontualmente, advertências e instruções○ Desrespeitar pontualmente as regras específicas de funcionamento da sala de aula;○ Uso de acessórios ou vestuário que contrarie as normas estabelecidas no Regulamento Interno;○ Escrever no mobiliário ou sujar o espaço sem que resulte em dano permanente.	<ul style="list-style-type: none">○ Advertência verbal imediata○ Registo no INOVAR+○ Limpar o que sujou ou reorganizar materiais○ Comunicação ao DT e EE



Regulamento da (In)Disciplina

Nível	Grau	Exemplos de comportamentos	Medidas a aplicar pelo professor / responsável
3	Moderadamente grave	Comportamentos de insistência, recusa ou desordem que persistem após advertência ou que revelam desrespeito pela autoridade e normas: <ul style="list-style-type: none">○ Repetir deliberadamente condutas dos níveis 1 e 2 na mesma aula, após advertência(s) prévia(s);○ Passividade persistente ou recusa em realizar as tarefas escolares propostas;○ Não respeitar as regras específicas de utilização de equipamentos ou espaços;○ Entrar ou sair da sala de aula ou de outros espaços escolares de forma desordeira e/ou sem autorização;○ Recusa pontual em acatar instruções diretas do professor ou funcionário.	<ul style="list-style-type: none">○ Advertência verbal imediata○ Na EB2,3- Encaminhamento para o Espaço R○ Registo no INOVAR+○ Comunicação ao DT e EE○ Reposição ou limpeza do espaço/mobiliário○ Em caso de reincidência ou ineficácia das advertências anteriores, poderá haver lugar à marcação de falta disciplinar;○ Aplicação de outras medidas corretivas adequadas;
		Comportamentos de oposição, desrespeito à dignidade ou dano material deliberado: <ul style="list-style-type: none">○ Usar linguagem ofensiva ou grosseira dirigida a qualquer elemento da comunidade educativa;○ Danificar intencionalmente equipamentos, mobiliário, material escolar ou pertences de terceiros;○ Perturbar gravemente e de forma persistente a aula que impeça o direito à aprendizagem dos restantes alunos.○ Recusar-se ativamente a cumprir instruções do professor○ Oposição explícita e resistência ao cumprimento de ordens legítimas (incluindo a ordem de saída da sala ou encaminhamento para o Espaço R);○ Uso de dispositivos tecnológicos sem autorização pedagógica ou em locais proibidos, conforme previsto no Regulamento de Utilização de Equipamentos de Comunicação Móvel com Acesso à Internet.*	<ul style="list-style-type: none">○ Marcação de falta disciplinar quando em contexto de sala de aula ou de atividades letivas○ Preenchimento do documento de participação de ocorrência○ Encaminhamento para o Espaço R○ Limpeza ou reparação de danos○ Comunicação ao DT, ao EE e CSD○ Instauração de procedimento disciplinar○ Possível aplicação de medidas corretivas e/ou sancionatórias previstas no Regulamento Interno e no Estatuto do Aluno○ *Aplicação das sanções previstas no Regulamento de Utilização de Equipamentos de Comunicação Móvel com Acesso à Internet



Regulamento da (In)Disciplina

Nível	Grau	Exemplos de comportamentos	Medidas a aplicar pelo professor / responsável
5	Muito grave	Comportamentos de agressividade, insubordinação grave ou danos significativos: <ul style="list-style-type: none">○ Reincidir em infrações de nível 4○ Manifestações de agressividade verbal, ameaças ou contacto físico hostil para com qualquer elemento da comunidade educativa;○ Recusa absoluta e agressiva em acatar as decisões ou medidas aplicadas pela Direção ou pelo Professor;○ Atos de vandalismo que resultem em danos materiais significativos ou coloquem em causa a segurança de equipamentos.	<ul style="list-style-type: none">○ Marcação de falta disciplinar quando em contexto de sala de aula ou atividades letivas○ Preenchimento do documento de participação de ocorrência○ Comunicação imediata ao DT, ao EE, à CSD e ao Diretor○ Instauração de Procedimento disciplinar○ Possível aplicação de medidas corretivas e/ou sancionatórias previstas no Regulamento Interno e no Estatuto do Aluno
		Comportamentos que violam gravemente os deveres do aluno, a integridade física, a honra ou a segurança coletiva: <ul style="list-style-type: none">○ Reincidir em infrações de nível 5○ Agredir fisicamente, de forma gravosa, qualquer elemento da comunidade educativa○ Furtar ou roubar○ Destruir deliberadamente propriedade escolar ou pessoal○ Posse, consumo ou distribuição de substâncias ilícitas ou objetos perigosos no recinto escolar;○ Captação, posse ou difusão ilícita de som ou imagens de membros da comunidade educativa;○ Prática comprovada de bullying ou cyberbullying;○ Atos de discriminação, perseguição ou intimidação grave.	<ul style="list-style-type: none">○ Marcação de falta disciplinar quando em contexto de sala de aula ou atividades letivas○ Preenchimento do documento de participação disciplinar○ Comunicação imediata ao DT, ao EE, à CSD e ao Diretor○ Instauração de Procedimento disciplinar○ Possível aplicação de medidas corretivas e/ou sancionatórias previstas no Regulamento Interno e no Estatuto do Aluno



Regulamento da (In)Disciplina

Anexo II- Infrações disciplinares e factos qualificados como crime

(Referencial: *Guião de Procedimentos de Comunicação ao Ministério Público "Educar para o Direito: Uma forma de (também) proteger"* – PGR/GFCJ)

Nota de Enquadramento: A listagem de infrações disciplinares e de comportamentos suscetíveis de relevância criminal que se segue reproduz o conteúdo do *Guião de Procedimentos de Comunicação 'Educar para o Direito: Uma Forma de (Também) Proteger'*, da Procuradoria-Geral da República, constituindo um referencial orientador para a comunidade educativa.

Sempre que os factos em causa possam, pela sua natureza e gravidade, consubstanciar a prática de crime, a escola tem o dever legal de os comunicar ao Ministério Público ou às autoridades policiais, para efeitos de eventual intervenção tutelar educativa ou procedimento criminal, nos termos da legislação aplicável.

Sem prejuízo do exposto, a qualificação jurídica penal dos factos rege-se exclusivamente pelo quadro normativo vigente e compete às autoridades judiciais e policiais legalmente competentes.

Dever do Aluno (EAEE)	Exemplos de Comportamentos / Factos Qualificados como Crime
Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa (alínea d) do art.º 10.º do Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Insultar ou humilhar colegas (ou namorado/a), professores, funcionários;▪ Difamar ou injuriar ou ameaçar qualquer membro da comunidade educativa, ou incitar à violência ou ao ódio por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género ou deficiência física ou psíquica.
Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa (alínea i) do art.º 10.º do Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Agredir fisicamente colegas (ou namorado/a), professores, funcionários, com pontapés, socos, bofetadas, empurrões, puxões de cabelo;▪ Agredir, coagir, ameaçar, insultar ou humilhar a namorada ou namorado;▪ Ameaçar e insultar colegas, professores, funcionários;▪ Provocar, ameaçar ou praticar atos de violência, contra qualquer membro da comunidade educativa, ou incitar à violência ou ao ódio (...);▪ Espalhar rumores, inventar mentiras, dizer mal, através de telefonemas, SMS, MMS, redes sociais, e-mail, chat, de outros colegas ou professores;▪ Forçar atos de natureza sexual, exhibir conteúdos pornográficos e/ou partilhar conteúdos (v.g. fotografias, vídeos) de cariz sexual da vítima, sem o seu consentimento;▪ Criar falsos perfis em blogues e redes sociais para humilhar, insultar, ameaçar ou violar a privacidade de colegas ou professores;▪ Aceder ao telemóvel ou computador dos colegas ou professores e às suas passwords para entrar nas suas contas pessoais ou fazer <i>facejacking</i>.



Regulamento da (In)Disciplina

Dever do Aluno (EAEE)	Exemplos de Comportamentos / Factos Qualificados como Crime
Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa (alínea l) do art.º 10.º do Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Furtar ou roubar quantias monetárias ou objetos;▪ Partir ou danificar móveis, cadeiras, portas, janelas, extintores ou objetos pessoais de terceiros.
Não possuir e não consumir substâncias aditivas (...) nem promover o tráfico (alínea p) do art.º 10.º Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Deter, vender, ceder produtos estupefacientes.
Não transportar materiais ou engenhos passíveis de causar danos físicos ou psicológicos (alínea q) do art.º 10.º Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Deter, usar ou exhibir armas de fogo ou armas brancas (v.g. pistolas, espingardas, facas de ponta e mola, boxers, bastões).
Não captar sons ou imagens sem autorização prévia (alínea s) do art.º 10.º Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Gravar conversas e/ou fotografar ou filmar, sem consentimento, colegas, professores ou outros elementos da comunidade escolar ou educativa;▪ Sem consentimento, divulgar, utilizar ou permitir a divulgação ou utilização de conversas, fotografias ou imagens de membros da comunidade escolar ou educativa.
Não difundir, na escola ou fora dela, sons ou imagens captadas sem autorização (alínea t) do art.º 10.º Estatuto do Aluno)	<ul style="list-style-type: none">▪ Gravar conversas e/ou fotografar ou filmar, sem consentimento (...);▪ Sem consentimento, divulgar, utilizar ou permitir a divulgação ou utilização de conversas, fotografias ou imagens de membros da comunidade escolar ou educativa;▪ Aceder ao telemóvel ou computador dos colegas ou professores e às suas passwords para entrar nas suas contas pessoais ou fazer <i>facejacking</i>.

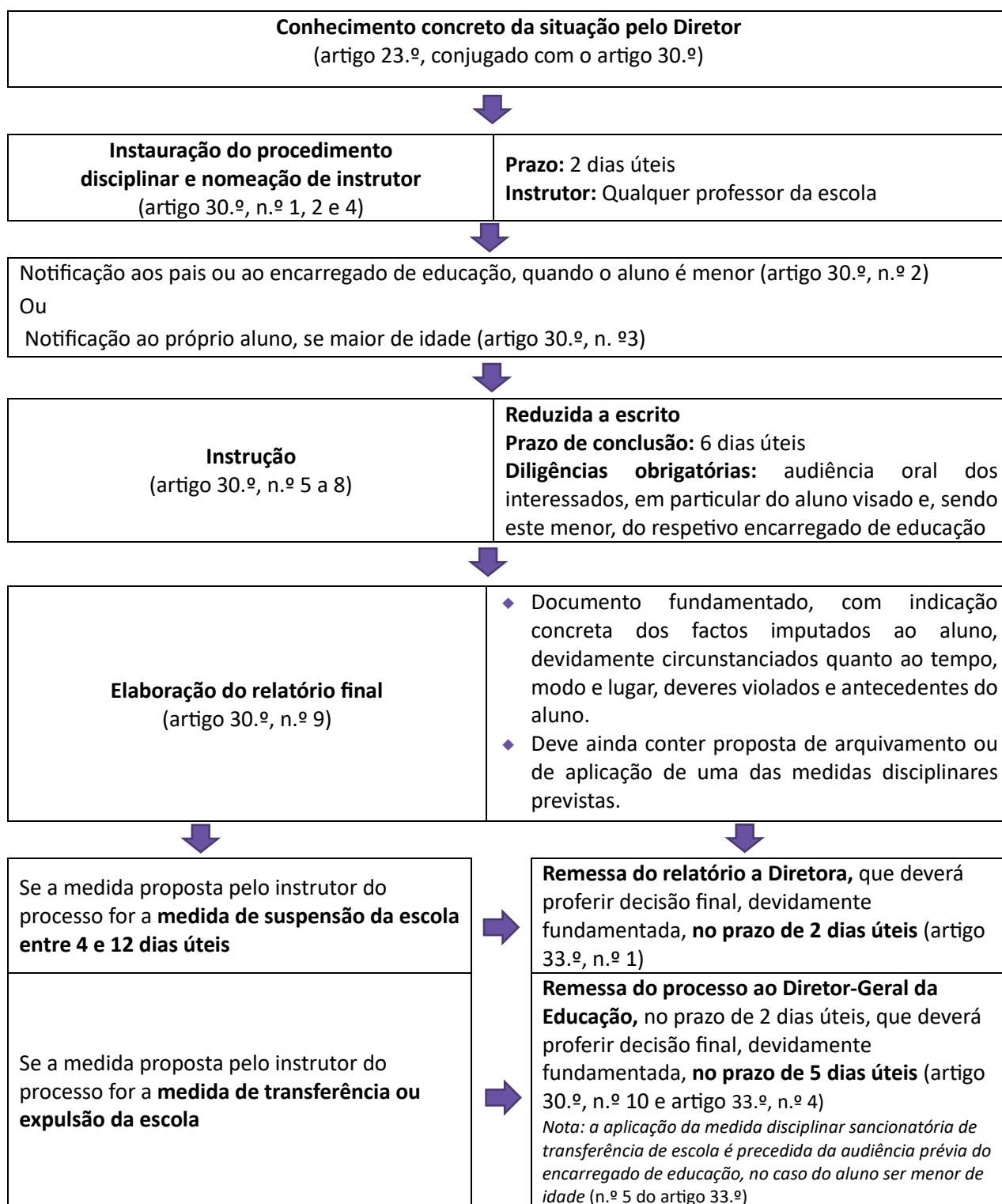


Regulamento da (In)Disciplina

Anexo III- Síntese tramitação do procedimento disciplinar

(artigo 30.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro)

(O procedimento disciplinar é obrigatório quando as medidas disciplinares sancionatórias a aplicar sejam as previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro)





Regulamento da (In)Disciplina



Notificação da decisão final aos pais ou ao encarregado de educação, quando o aluno é menor (artigo 33.º, n.º 6 e 7)

Prazo: 2 dias úteis

Notificação ao próprio aluno, se maior de idade (artigo 33.º, n.º 6 e 7)

Prazo: 1 dia útil

Nota: É obrigatória a comunicação à CPCJ, caso seja aplicada ao aluno, menor de idade, uma medida disciplinar sancionatória igual ou superior à de suspensão da escola por período superior a 5 dias úteis e cuja execução não tenha sido suspensa (n.º 8 do artigo 33.º)

Recurso (artigo 36.º)	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentado nos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas▪ Prazo: 5 dias úteis▪ A interpor para:<ul style="list-style-type: none">- o Conselho Geral do AE/ENA (no caso das medidas aplicadas pelos professores ou pela Diretora) ou,- membro do Governo competente (no caso das medidas disciplinares sancionatórias aplicadas pelo Diretor-Geral da Educação)▪ Só tem efeitos suspensivos quando se trate das medidas de suspensão entre 4 e 12 dias úteis, transferência ou expulsão da escola
---------------------------------	---



Apreciação e decisão do recurso (artigo 36.º, n.º 3 a 6)	<ul style="list-style-type: none">▪ Pelo Conselho Geral: no prazo máximo de 15 dias úteis▪ Pelo membro do Governo competente, cuja decisão é remetida à escola, no prazo de 5 dias úteis
--	---



Diretora para proceder à notificação aos interessados (artigo 36.º, n.º 5 e 6, conjugado com o artigo 33.º, n.º 6 e 7)	<ul style="list-style-type: none">▪ Prazo: 2 dias úteis (aos pais ou ao encarregado de educação, quando o aluno é menor)▪ Prazo: 1 dia útil (ao próprio aluno, se maior de idade)
--	--



Página em Branco

